

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

Amplado
Câmara Municipal de Pirai
Protocolo nº 1260
05 AGO 2019
Livro _____ Flo _____

MENSAGEM Nº 089/2019
=====

Pirai, 01 de agosto de 2019.

MP - PIRAI - RJ
Nº 1355
[Signature] Fl. 2

Excelentíssimo Senhor Presidente

Pela presente Mensagem encaminho a Vossa Excelência e aos Nobres Edis, que compõem esta Augusta Casa Legislativa, Projeto de Lei que tem como escopo, autorizar o Executivo Municipal conceder contribuição à Casa de Caridade de Pirai – Hospital Flávio Leal, no valor de R\$ 154.464,32 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos), conforme explicitado no Ofício nº 316/2019 abaixo transcrito:

“Pirai, 13 de julho de 2019.

Ofício nº 316/2019

Assunto: repasses de recursos Hospital Flávio Leal a título de contribuição

Excelentíssimo Senhor
Dr. Luiz Antonio da Silva Neves
DD. Prefeito de Pirai
Nesta

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA**, especial atenção no sentido de submeter ao Poder Legislativo municipal, projeto de lei específica, com a finalidade de possibilitar a transferência de recursos financeiros à Casa de Caridade de Pirai, na qualidade de mantenedora do Hospital Flávio Leal, a título de contribuição¹, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os recursos em questão, já consignados na Lei Orçamentária do exercício de 2019, por meio da Lei Municipal nº1519, de 16/07/2019 e Decreto 4967 de 17/07/2019, referem-se aos incentivos financeiros repassados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde – Fundo Estadual de Saúde, decorrentes de superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, do Fundo Municipal de Saúde, os quais, só podem ser aplicados em ações e serviços de saúde, previstos na lei orçamentária do referido Fundo de Saúde na mesma finalidade.

¹ Despesas orçamentárias às quais não correspondam contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente, conforme Portaria Interministerial STN-MF/SOF-MPOG nº 163, de 4 de maio de 2001 (DOU de 07.05.2001), que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

Incentivo ao Programa de Apoio aos Hospitais do Interior.

154.464,32

É importante destacar que os recursos do Fundo Municipal de Saúde são vinculados aos objetivos do próprio fundo, conforme previsão contida na Lei Municipal nº 367, de 25 de novembro de 1993, que institui o Fundo Municipal de Saúde de Piraí, cujo art. 6º, inciso I, prevê que as disponibilidades em banco ou em caixa, constituem ativos do próprio Fundo Municipal de Saúde e que, dessa forma, devem ser aplicados na mesma finalidade de origem, ainda que em exercícios seguintes ao do ingresso da receita no orçamento.

Vale ressaltar que, para execução das despesas a que se refere o auxílio em questão, já foi celebrado o competente Termo de Compromisso entre a instituição beneficiária, o Município de Piraí e a Secretaria de Estado de Saúde, bem como a inclusão no respectivo Termo de Convênio firmado entre o Município e a Casa de Caridade de Piraí.

Sendo o que se oferece para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA ROCHA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cumprе destacar que a Casa de Caridade de Piraí, conforme exposto pela Secretaria Municipal de Saúde, é contratualizada pelo Município de Piraí, através de Termo de Convênio, o que ratifica a necessidade de autorização legislativa, para repasse dos valores necessários a manutenção dos serviços prestados à população de um modo geral.

A anuência do Poder Legislativo Municipal tornou-se primordial, em virtude da necessidade de se adequar as disposições contidas na supracitada resolução, às normas estatuídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A LRF descreve a partir do artigo 26, estabelece a necessidade de lei específica, fazendo também alusão as leis municipais que versam sobre o orçamento:

“ Art. 26 - A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º - ...
§ 2º - ...”



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

Entendendo ser desnecessárias maiores justificativas para aprovação do Projeto adunado a presente Mensagem em regime de urgência, por essa Colenda Casa de Leis que, através de seus integrantes, a cada dia, contribui inestimavelmente para o desenvolvimento de nosso Município em toda a sua dimensão, apresento a Vossa Excelência e aos seus ínclitos pares protestos de elevada estima e profunda consideração.

Atenciosamente,

LUIZ ANTONIO DA SILVA NEVES
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Vereador
ALEX JOAQUIM DA SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Piraí
PIRAÍ - RJ.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CMP - PIRAI - RJ

Processo nº 1355

Rubrica *[assinatura]* Fls 5



Sistema
Único de
Saúde

Pirai, 13 de julho de 2019.

Ofício nº 316/2019

Assunto: repasses de recursos Hospital Flávio Leal a título de contribuição

Excelentíssimo Senhor
Dr. Luiz Antonio da Silva Neves
DD. Prefeito de Pirai
Nesta

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA**, especial atenção no sentido de submeter ao Poder Legislativo municipal, projeto de lei específica, com a finalidade de possibilitar a transferência de recursos financeiros à Casa de Caridade de Pirai, na qualidade de mantenedora do Hospital Flávio Leal, a título de contribuição¹, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os recursos em questão, já consignados na Lei Orçamentária do exercício de 2019, por meio da Lei Municipal nº1519, de 16/07/2019 e Decreto 4967 de 17/07/2019, referem-se aos incentivos financeiros repassados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde – Fundo Estadual de Saúde, decorrentes de superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, do Fundo Municipal de Saúde os quais, só podem ser aplicados em ações e serviços de saúde, previstos na lei orçamentária do referido Fundo de Saúde na mesma finalidade.

Incentivo ao Programa de Apoio aos Hospitais do Interior.	154.464,32
---	------------

É importante destacar que os recursos do Fundo Municipal de Saúde são vinculados aos objetivos do próprio fundo, conforme previsão contida na Lei Municipal nº 367, de 25 de novembro de 1993, que institui o Fundo Municipal de Saúde de Pirai, cujo art. 6º, inciso I, prevê que as disponibilidades em banco ou em caixa, constituem ativos do próprio Fundo Municipal de Saúde e que, dessa forma, devem ser aplicados

¹ Despesas orçamentárias às quais não correspondam contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente, conforme Portaria Interministerial STN-MF/SOF-MPOG nº 163, de 4 de maio de 2001 (DOU de 07.05.2001), que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



PREFEITURA de
PIRAI

A gente constrói juntos!



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CMP - PIRAI - RJ
PROCESSO Nº 1355
Rubrica *[assinatura]* Fl. 6
Sistema Único de Saúde
SUS

na mesma finalidade de origem, ainda que em exercícios seguintes ao do ingresso da receita no orçamento.

Vale ressaltar que, para execução das despesas a que se refere o auxílio em questão, já foi celebrado o competente Termo de Compromisso entre a instituição beneficiária, o Município de Pirai e a Secretaria de Estado de Saúde, bem como a inclusão no respectivo Termo de Convênio firmado entre o Município e a Casa de Caridade de Pirai.

Sendo o que se oferece para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

[assinatura]
MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA ROCHA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Helio *[assinatura]* *[assinatura]*
Secretaria de Saúde



LEI Nº 1.519, de 16 de julho de 2019.

**Autoriza a abertura de Crédito
Adicional Suplementar.****A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI** aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 154.464,32 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos) para reforçar a seguinte verba do orçamento do Executivo Municipal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	VALOR (R\$-)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
1101.10.302.0010.2.338	33504100	22130002	154.464,32
TOTAL			154.464,32

Artigo 2º - Fica incluído no Programa de Trabalho - 1101.10.302.0010.2.338, a Natureza de Despesa 33504100 - Fonte de Recurso - 22130002.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

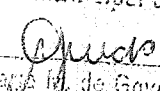
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI, em 17 de julho de 2019.


LUIZ ANTONIO DA SILVA NEVES
Prefeito Municipal

Certifico que este documento foi objeto de
processo no informativo Oficial do Município
nº 1912

29 de 17 / 7 / 19 nº 1912
Pirai, 17 de julho de 2019


Secretaria Municipal de Governo



PROJETO DE LEI Nº 99 /2019
=====

**Autoriza o Poder Executivo a conceder
contribuição à Casa de Caridade de Piraí –
Hospital Flávio Leal.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,

Artigo 1º - Fica autorizado contribuição a ser concedida, pelo Poder Executivo, à Casa de Caridade de Piraí – Hospital Flávio Leal, no valor de R\$ 154.464,32 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Artigo 2º - As despesas desta Lei correrão pela verba própria do orçamento vigente, que, em sendo necessário, será suplementada.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

[assinatura]



ao Diretor Legislativo

Para as providências
cabíveis.

Em 05/08/2019

Alex Joaquim da Silva
Presidente
Municipal de Piraí - RJ

Ao Departamento de Contabilidade,
Para análise, após encaminhar ao
Subprocurador Geral.

Em: 07/08/2019

Ao Subprocurador Geral

Segue a presente para as considerações legais cabendo informar que dispõe de contrato de crédito adicional suscitado na pasta de Saúde, Fundo Municipal de Saúde que foi aprovado por este Poder Legislativo conforme consta no processo nº 08. Sendo a presente transmissão para autorizar o plano Executivo e concessão contribuição à Casa de Cuidado de Piraí, no valor do crédito adicional supracitado conforme aberto em julho

JMP - PIRAI - RJ

Nº 1355

Ass. Fl.

do corrente ano. Considerando que os recursos financeiros são provenientes de repasse do Governo do Estado conforme ofício em anexo e a Casa de Cuidado de Piraí afirma que necessita de transferência do Hospital Flávio Res para no mês de junho de 2019 com o intuito de assessoria conforme contrato firmado de prestação de serviços em 01/08/2019 pelo setor jurídico, no presente processo dos termos de compromisso e convenio firmado entre o poder executivo e a Casa de Cuidado, bem como a avaliação gerencial quanto ao disposto no projeto de lei nº 09 diante de todo o exposto.

Em 03/09/2019

Simone Lessa Chirlinzone
Chefe de
CRC RJ - 118107/0-1
Matrícula: 160-3

Dr. Diretor de Piraí
Segue anexa em anexo.
Em 09/09/2019

Ass.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

CMP - PIRAI-RJ
Processo Nº 1355
Publica Fis. 14

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.424.245/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/05/1967
NOME EMPRESARIAL CASA DE CARIDADE DE PIRAI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) HOSPITAL FLAVIO LEAL		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.22-4-00 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia 86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos 86.40-2-09 - Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos 86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia 86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R ROBERTO SILVEIRA	NÚMERO 50	COMPLEMENTO
CEP 27.175-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PIRAI
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF RJ
TELEFONE (24) 2411-9450		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/09/2019 às 12:21:54 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar





PROCESSO Nº 01355/2019.

ASSUNTO: REMANEJAMENTO.

INTERESSADO: SR. PREFEITO.

Sr. Diretor Legislativo:

Compete à Procuradoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal emitir parecer opinativo quanto ao aspecto jurídico e de legalidade do Projeto de Lei em epígrafe.

Registre-se que o presente parecer, apesar de sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante e tampouco caráter decisório, tendo as autoridades a quem couber a sua análise plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

A propósito, ensina José dos Santos Carvalho Filho:

"Os pareceres consubstanciam opiniões, pontos de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação. (...) Refletindo um juízo de valor, uma opinião pessoal do parecerista, o parecer não vincula a autoridade que tem competência decisória, ou seja, aquela a quem cabe praticar o ato administrativo final. Trata-se de atos diversos - o parecer

e o ato que o aprova ou rejeita. Como tais atos têm conteúdos antagônicos, o agente que opina nunca poderá ser o que decide." (Manual de Direito Administrativo, 213 edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009; pág. 133).

A inconstitucionalidade formal verifica-se quando há algum vício no processo de formação das normas jurídicas. Vale dizer, é o vício decorrente do desrespeito de alguma norma constitucional que estabeleça o modo de elaboração das normas jurídicas, o que de fato acabou acontecendo nos autos presente, ex vi da simples leitura da redação do Art. 2º, vazado nos seguintes termos:

"Artigo 2º - As despesas desta Lei ocorrerão pela verba própria do orçamento vigente, que, em sendo necessário, será suplementada"

Assim, a inconstitucionalidade formal e material podem decorrer da inobservância da competência legislativa para a elaboração do ato (inconstitucionalidade formal orgânica: competência da União, Estados e Municípios) ou do procedimento de elaboração da norma, qual seja, violação da técnica legislativa.



Quanto ao aspecto da técnica legislativa empregada na proposta em apreço, fica evidenciando o desatendimento das regras previstas na Lei Complementar Federal nº 95/98, que rege a redação dos atos normativos.

Por mais louvável que seja a iniciativa, tecnicamente, não se pode deixar de constatar que apenas o Poder Executivo possui as informações necessárias para avaliar os recursos disponíveis e a ordem de prioridade a ser dada em face desses recursos, bem como, a data e o momento mais oportuno para a realização das políticas públicas ou medidas pontuais que entender adequadas, de acordo com os recursos fáticos e financeiros postos à sua disposição.

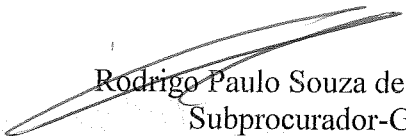
Ademais, tendo em conta o Requerimento de celeridade e urgência apresentado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, o mesmo, salvo melhor juízo deverá ser rejeitado, razão pela qual submeto o presente feito a consideração dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, opinando pela reprovação do pedido de suplementação orçamentária nos moldes propostos, bem como se for o caso, oficial propondo a substituição do Projeto.

Em face de todas as considerações acima expostas, opino pela ilegalidade e consequentemente pela inconstitucionalidade material e formal do Projeto de Lei, uso inadequado da técnica legislativa em face do que dispõe o artigo 2º do Projeto de Lei nº 099/2019, de 01 de agosto de 2019, vinculado a Mensagem nº 089/2019.

Opina-se pelo encaminhamento desta proposição para manifestação das respectivas Comissões desta Casa de Lei, conforme a competência definida no Regimento Interno, bem como na Lei Orgânica do Município. Este é, respeitosamente, o parecer, salvo melhor juízo.

Ante o exposto, com todo respeito, esta Procuradoria Jurídica emite parecer pela inconstitucionalidade formal e material do Projeto de Lei nº 99/2019, de 01 de agosto de 2019, em razão de vício de violação da técnica legislativa concernente a redação do Art. 2º do Projeto ora analisado.

Pirai (RJ), em 09/09/2019.


Rodrigo Paulo Souza de Oliveira
Subprocurador-Geral



Câmara Municipal de Pirai
Estado do Rio de Janeiro

COMISSÕES PERMANENTES EM CONJUNTO.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO: Projeto de Lei nº 99/ 2019. Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar.

RELATORES: Darlei Gomes de Moraes, Mario Hermínio da Silva Carvalho e Paulo César Leandro Simplicio.

PARECER


1. Em razão do que dispõe o art. 53 da Resolução nº 378, de 20/12/2002 (Regimento Interno) as Comissões acima referenciadas, em conjunto, examinam o projeto apresentado, com a conclusão ao final.
2. A proposição em análise autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar.
3. O objeto do tema em análise, trata-se de abertura de crédito adicional suplementar, para reforçar verbas do orçamento do Executivo Municipal.
4. Consta em anexo, quadro detalhado com as respectivas despesas, bem como documentação explicativa.
5. Por todo o exposto, os Relatores deste projeto “in fine” assinados, propõem a aquiescência do plenário, com a consequente APROVAÇÃO do projeto de lei, ora em discussão e votação.

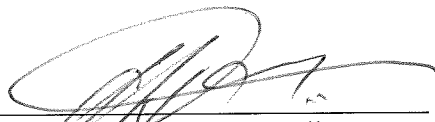
SALA DAS COMISSÕES, em 19 de setembro de 2019.



Câmara Municipal de Piraí
Estado do Rio de Janeiro

CMP - PIRAI - RJ
Processo nº 01335
Rubrica metabolite Fls 15

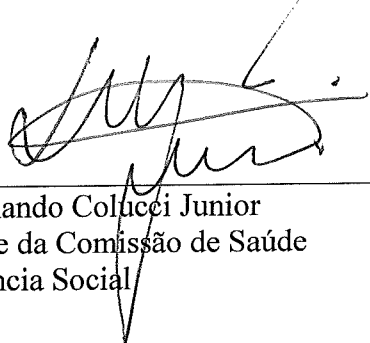

Darlei Gomes de Moraes
Relator da Comissão de Legis-
lação, Justiça e Redação Final e
Presidente da Comissão de Finanças
e Orçamento.

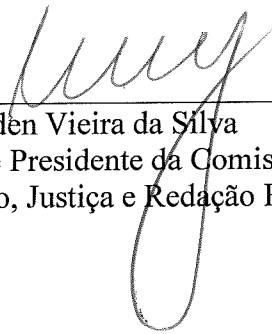

Mario Hermínio da Silva Carvalho
Relator da Comissão de Finanças e Orçamento,
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e
Redação Final e Membro da Comissão de Saúde
e Assistência Social.

Paulo César Leandro Simplicio
Relator da Comissão de Saúde e
Assistência Social

Conclusão das Comissões: Pelas conclusões dos ilustres relatores.

SALA DAS COMISSÕES, em 19 de setembro de 2019.


Luiz Fernando Colucci Junior
Presidente da Comissão de Saúde
e Assistência Social


Wilden Vieira da Silva
Vice Presidente da Comissão de Legis-
lação, Justiça e Redação Final.

José Paulo Carvalho de Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Finanças
e Orçamento.